

04/02/2014

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 116.948 SÃO PAULO**

|                       |  |
|-----------------------|--|
| <b>RELATORA</b>       | <b>: MIN. ROSA WEBER</b>                     |
| <b>RECTE.(S)</b>      | <b>: CLAUDIO JOSE DE OLIVEIRA</b>            |
| <b>ADV.(A/S)</b>      | <b>: CLEIDE CAMILO TEIXEIRA E OUTRO(A/S)</b> |
| <b>RECDO.(A/S)</b>    | <b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>          |
| <b>PROC.(A/S)(ES)</b> | <b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>       |

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO DO TÍTULO PRISIONAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA SUPERVENIENTE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO. SUSTENTAÇÃO ORAL EM AGRAVO REGIMENTAL. NULIDADE NÃO CONFIGURADA.

1. Em conformidade com a jurisprudência desta Suprema Corte a decisão do Superior Tribunal de Justiça em que, em razão da superveniência de sentença condenatória, julgado prejudicado o *habeas corpus* por meio do qual impugnada a prisão decretada antes do julgamento.

2. Vedada pelo Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça a sustentação oral no julgamento de agravo regimental, a ausência de intimação para essa finalidade não acarreta nulidade. Precedentes.

3. Recurso ordinário em *habeas corpus* não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora.

**RHC 116948 / SP**

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

Ministra Rosa Weber  
Relatora

04/02/2014

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 116.948 SÃO PAULO**

|                       |  |
|-----------------------|--|
| <b>RELATORA</b>       | <b>: MIN. ROSA WEBER</b>                     |
| <b>RECTE.(S)</b>      | <b>: CLAUDIO JOSE DE OLIVEIRA</b>            |
| <b>ADV.(A/S)</b>      | <b>: CLEIDE CAMILO TEIXEIRA E OUTRO(A/S)</b> |
| <b>RECDO.(A/S)</b>    | <b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>          |
| <b>PROC.(A/S)(ES)</b> | <b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>       |

**RELATÓRIO**

**A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):** Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por Cláudio José de Oliveira contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que, nos autos do agravo regimental no HC 235.359/SP, negou provimento ao recurso.

Denunciado o Recorrente pela prática do crime de receptação (art. 180, *caput*, do CP), o magistrado de primeiro grau decretou sua prisão preventiva.

Contra essa decisão, impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal Estadual, que denegou a ordem, a ensejar a impetração do mencionado HC 235.359/SP perante o Superior Tribunal de Justiça, ao argumento da ausência dos pressupostos autorizadores da constrição cautelar.

O Ministro Jorge Mussi julgou prejudicado o *writ* dada a superveniência de sentença condenatória, que manteve a segregação preventiva, motivo pelo qual a Defesa manejou agravo regimental, não provido pela Quinta Turma daquela Corte Superior, em acórdão assim ementado:

“AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. NOVO TÍTULO JUDICIAL. PERDA DO OBJETO. MANDAMUS JULGADO PREJUDICADO. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE ORIGINÁRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO IMPROVIDO.

**RHC 116948 / SP**

1. Tendo o remédio constitucional se dirigido contra a decisão que não revogou a custódia cautelar do paciente e, verificando-se a superveniente prolação de sentença condenatória, onde a prisão foi mantida, esvazia-se o objeto da impetração nesse ponto, uma vez que o encarceramento é agora decorrente de novo título judicial.

2. A alegada possibilidade de concessão da soltura ao paciente condenado não foi objeto de análise pela Corte originária, pelo que não poderia ser examinada pelo STJ, sob pena de imprópria supressão de instância.

3. Agravo regimental improvido."

No presente recurso, suscita a Defesa nulidade por ausência de intimação do Recorrente para o julgamento do agravo regimental em *habeas corpus* para fins de sustentação oral. Alega inexistir perda de objeto da impetração. Requer a anulação ou reforma da decisão atacada.

Contrarrazões apresentadas.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Cláudia Sampaio Marques, opina pelo não provimento do recurso.

Expedido telegrama para dar ciência da sessão de julgamento do feito.

**É o relatório.**

04/02/2014

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 116.948 SÃO PAULO**

**VOTO**

**A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):** O presente recurso diz com a perda de objeto do *writ* impetrado ao Superior Tribunal de Justiça dada a superveniência de sentença condenatória e a falta de intimação da Defesa para o fim de sustentar oralmente as razões do agravo regimental na Corte Superior.

De início, ressalto que, diante da prolação de sentença penal condenatória, houve substancial alteração no quadro fático do *habeas corpus* impetrado junto ao Superior Tribunal de Justiça, não mais subsistindo a prisão preventiva decretada antes do julgamento, mas segregação cautelar baseada no decreto condenatório, com a consequente alteração do título prisional, que impede o conhecimento da impetração contra a prisão decretada antes do julgamento.

Havendo condenação criminal, ainda que sujeita a recursos, encontram-se presentes mais do que os pressupostos da preventiva, a saber, prova da materialidade e indícios de autoria.

Embora esta Suprema Corte entenda que o princípio da presunção de inocência prevalece até o trânsito em julgado da decisão na ação penal (HC 84.078, Rel. Min. Eros Grau, Plenário, DJe 25.2.2010), é forçoso reconhecer que a força do princípio se atenua depois de um julgamento, ainda que este não seja definitivo.

Nesse sentido, transcrevo precedente recente de minha lavra:

*“HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO TEMPORÁRIA E PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA.*

*1. A superveniência de sentença condenatória na qual o Juízo aprecia e mantém a prisão cautelar anteriormente decretada, implica a mudança do título da prisão e prejudica o conhecimento de habeas corpus impetrado contra a prisão antes do julgamento. 2. Decisão que*

**RHC 116948 / SP**

*autoriza interceptação telefônica redigida de forma sucinta, mas que se reporta ao preenchimento dos requisitos dos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.296/1996 e ao conteúdo da representação policial na qual os elementos probatórios existentes contra os investigados estavam relacionados. Desfecho das interceptações que confirma a fundada suspeita que as motivou, tendo sido apreendidas drogas e revelada a existência de grupo criminoso envolvido na atividade ilícita. Invalidade patente não reconhecida.” (HC 103.817/MG, 1.ª Turma, DJe 29.5.2012).*

No mesmo sentido:

*“A superveniência de sentença penal condenatória com novo fundamento para a manutenção da prisão cautelar constitui novo título prisional, diverso, portanto, da prisão preventiva. Prejuízo da presente impetração.” (HC 104.721/MG, 1ª Turma, Rel. para acórdão Min. Dias Toffoli, DJe 27.3.2012 )*

*“A superveniência de sentença penal condenatória com novo fundamento para a manutenção da prisão constitui novo título prisional, cuja apreciação não pode ser inaugurada neste Supremo Tribunal.” (HC 104.862/SC, 1ª Turma. Rel. Min. Carmen Lúcia , DJe 22.8.2011)*

*“A superveniência da sentença condenatória prejudica o habeas corpus quando esse tenha por objeto o decreto de prisão em flagrante, dado que passa a sentença a constituir novo título para a prisão. II. - Recurso improvido.” (RHC 84.902/BA , 2ª Turma, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 22.4.2005).*

Desse modo, não vislumbro qualquer ilegalidade na decisão ora atacada do Superior Tribunal de Justiça, porque se encontra em consonância com a jurisprudência desta Suprema Corte.

Além disso, como devidamente consignado no acórdão do Superior Tribunal de Justiça, a sentença condenatória não foi objeto de exame pela Corte Estadual paulista, motivo pelo qual seu exame pela Corte Superior

**RHC 116948 / SP**

implicaria supressão de instância.

Quanto à falta de intimação da Defesa para o fim de sustentação oral das razões do agravo regimental em *habeas corpus*, melhor sorte não assiste ao Recorrente.

Em face da prolação superveniente de sentença, substituindo o decreto prisional, o Ministro Jorge Mussi julgou prejudicado o *writ* impetrado, hipótese de mitigação da necessidade de apreciação do feito pelo Colegiado autorizada pelos arts. 34, XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, e 557, *caput*, do CPC, combinado com o art. 3º do CPP.

Destaco, ainda, a falta de plausibilidade jurídica quanto ao pedido de sustentação oral em sede de agravo regimental, visto que, além de não depender de pauta, é expressamente vedado pelo Regimento Interno daquele Tribunal Superior – arts. 91 e 159 –, *verbis*:

*“Art. 91. Independem de pauta:*

*I – o julgamento de habeas corpus e recurso de habeas corpus, conflitos de competência e de atribuições, embargos declaratórios, agravo regimental e exceção de suspeição e impedimento;”*

*“Art. 159. Não haverá sustentação oral no julgamento de agravo, embargos declaratórios, arguição de suspeição e medida cautelar.”*

O RISTF também prevê, de forma semelhante quanto à desnecessidade de pauta e à vedação de sustentação oral em certos feitos (arts. 83, § 1º e 131, § 2º), sem que isso, conforme entendimento desta Corte Suprema, implique cerceamento ao contraditório ou à ampla defesa. Colho precedentes:

*“(…) CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 131, § 2º, E DO ART. 83, § 1º, AMBOS DO RISTF. - Revestem-se de plena legitimidade constitucional as regras constantes do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal que não permitem sustentação oral em determinados processos (RISTF, art. 131, § 2º) e que definem as*

**RHC 116948 / SP**

*hipóteses de desnecessidade de prévia inclusão em pauta de certos feitos (RISTF, art. 83, § 1º).” (RE 601914 AgR/DF, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, DJe 25.02.2013).*

*“(…) O preceito inscrito no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (art. 131, par. 2º), que exclui a possibilidade de sustentação oral nos julgamentos de agravo, embargos declaratórios, arguição de suspeição e medida cautelar, não ofende o princípio do contraditório e nem vulnera o postulado da plenitude de defesa, proclamados pela Constituição da República em seu art. 5º, inciso LV.” (ADI nº 705/SC-AgR-QO, Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 08.4.1994).*

*“(…) este Supremo Tribunal Federal já assentou que os dispositivos regimentais que dispensam de pauta os julgamentos dos agravos regimentais, bem como vedam a sustentação oral nesses julgamentos, não contrariam a norma do inciso LV do art. 5º da Constituição Federal.” (ARE 742.084/RO, Rel. Min. Dias Toffoli, decisão monocrática, DJe 09.5.2013).*

Não vislumbro, dessa maneira, qualquer ilegalidade na decisão do Superior Tribunal de Justiça que julgou prejudicado o *habeas corpus* impetrado em razão da substituição do título prisional.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

**É como voto.**



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 116.948**

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATORA : MIN. ROSA WEBER**

RECTE.(S) : CLAUDIO JOSE DE OLIVEIRA

ADV.(A/S) : CLEIDE CAMILO TEIXEIRA E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** A Turma negou provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto da relatora. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, 4.2.2014.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma